

Programa Mulher Cidadã

Prêmio ODS Brasil 2018

Instituição Responsável: Governo do Estado do Acre

Contato: Francisca dos Santos Albuquerque

E-mail: francisca.albuquerque@ac.gov.br; gabinete.vicegovernadora@ac.gov.br

Telefone: (68) 99984-9987 / (68) 3244-1602

Endereço: Avenida Ceará, 1624 - Centro, Rio Branco - AC.

Local de realização: Estado do Acre.

Data de início da prática: 05/01/2015

Fotos



Aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Caracterização da situação-problema

A realidade brasileira é essencialmente urbana, entretanto, em um sistema de saúde universal, as necessidades de todos devem ser atendidas, inclusive daqueles que residem em localidades longínquas. Por outro lado, as políticas sociais brasileiras foram sendo implementadas, tendo como tônica a regulação de direitos, que, apesar de representarem avanços e resultarem de pressão de diferentes grupos sociais, ainda não garantem, na sua gênese, a universalidade (KRAEMER, 2006 e Ruiz e Gerhardt, 2012). Promover o desenvolvimento rural é um desafio intersetorial e tem efeitos determinantes sobre as condições de vida dos cidadãos, especialmente das mulheres, normalmente as principais responsáveis pelo desenvolvimento familiar. Os meios rurais e urbanos são campos diferenciados de atuação humana, onde as diferenças se evidenciam no cotidiano de vida e trabalho, e, conseqüentemente, nas suas demandas sociais. Atentar para as questões de vida e saúde da população rural, muitas vezes não reconhecida ou desassistida socialmente em suas necessidades, é de fundamental importância. O estado do Acre tem características peculiares, em termos de comunidades urbanas e rurais, em áreas remotas e de difícil acesso, necessitando desenvolver estratégias diferentes de atendimento e implementação de políticas públicas, muitas vezes, de forma itinerante. Nesse contexto, foi idealizado o Programa Mulher Cidadã, com a finalidade de ofertar atendimento integral às mulheres, dentro da perspectiva das políticas públicas voltadas à saúde, à segurança, à educação, ao trabalho, à cidadania, à justiça e à assistência social, sobretudo nas localidades onde a cobertura de serviços públicos é insuficiente ou inexistente. O objetivo é possibilitar condições de melhoria da qualidade de vida e empoderamento social, com recorte de gênero, estimulando a participação das mulheres e incentivando-as para a reflexão sobre a necessidade de conhecer seus direitos. O Programa tem um olhar diferenciado para a população mais carente e tem, entre seus propósitos, reduzir os índices de violência contra a mulher, de gravidez na adolescência, de risco de morte materna, do índice de mortalidade infantil, de abuso e exploração sexual infantil.

Objetivos da prática

O Programa Mulher Cidadã tem como objetivo desenvolver ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos, garantindo o recorte de gênero nos serviços ofertados nas áreas de saúde, economia, cidadania, segurança pública e justiça social, aos moradores dos municípios do estado do Acre, principalmente os de áreas de difícil acesso, por meio de ações itinerantes.

Descrição da implantação da prática

As atividades do Programa Mulher Cidadã nos municípios envolvem um conjunto de ações desenvolvidas de forma itinerante, com a participação de parcerias, a partir das seguintes etapas e atividades:

- Reunião com os parceiros e representantes dos beneficiários para planejamento das ações de cada edição;
- Procedimentos e exames com finalidade diagnóstica;
- Ações de promoção à saúde, vigilância e de enfermagem;
- Campanhas de prevenção à violência doméstica, drogadição, gravidez não planejada na adolescência;
- Serviços ofertados pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS e pelo Sistema Único de Saúde - SUS;
- Rodas de conversa;
- Assistência social integral;
- Fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica nos municípios;
- Serviços de planejamento familiar (saúde da mulher), métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), saúde da criança, ações de prevenção odontológica, gravidez na adolescência e saúde do homem;
- Orientações sobre conciliação e mediação de pequenos conflitos no âmbito da segurança pública.

Recursos financeiros

| Origem dos Recursos | Realizado em 2017 | Previsto para 2018 |
|---|----------------------|----------------------|
| Recursos próprios da instituição responsável pela gestão da prática | R\$185.376,00 | R\$185.376,00 |
| De parcerias: | | |
| • Instituições privadas nacionais | | |
| • Instituições públicas nacionais | R\$60.000,00 | R\$50.000,00 |
| • Instituições internacionais | R\$278.000,00 | R\$130.000,00 |
| Outros | | |
| Total | R\$523.376,00 | R\$365.376,00 |

Equipe da prática

| Origem da equipe | Número de pessoas |
|---|-------------------|
| Entidade responsável pela gestão da prática | 03 |
| Entidades parceiras | 100 |
| Voluntários/outros | 20 |
| Total | 123 |

Instituições parceiras

O Programa tem alcançado famílias oriundas de diferentes contextos socioculturais e condições sociais nas áreas rurais do estado. As atividades são desenvolvidas a partir da atuação conjunta dos órgãos e entidades estaduais das áreas de educação e esporte, saúde, trabalho e renda, segurança, assistência social, juventude, comunicação, mulheres, direitos humanos e meio ambiente.

Entre os parceiros do Programa Mulher Cidadã estão: a Secretaria de Estado de Saúde, ofertando serviços de consulta médica, exames de ultrassonografia, preventivo do câncer de colo uterino/PCCU (Papanicolau), eletrocardiograma, colposcopia, endoscopia digestiva alta, exames laboratoriais, serviços de farmácia, encaminhamentos e serviço social (tratamento fora do domicílio - TFD), além das ações relativas às políticas de planejamento familiar; as Secretarias Municipais de Saúde de cada município atendido são responsáveis pelas atividades de vacinação, testes rápidos e fornecimento dos dados epidemiológicos; a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres leva atendimento especializado para identificar, orientar e solucionar casos de violência contra a mulher, por meio de escuta qualificada individual e rodas de conversa, para orientações e informações sobre os serviços existentes para o acolhimento e proteção da mulher nos municípios; a Polícia Militar do Acre, por meio do "Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência", realiza rodas de conversa sobre drogas e suas consequências, sobre a Rede de prevenção e cuidado para pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas, além de segurança pública; a Secretaria de Estado de Educação e Esporte realiza oficinas temáticas e diálogos sobre sexualidade e gravidez não planejada na adolescência; a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio do "Programa Pacificar", promove atendimentos às mulheres vítimas da violência doméstica, conciliação de conflitos e encaminhamentos cabíveis; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social realiza o cadastramento e atualização das famílias, com perfil indicativo, no CADÚnico, palestra sobre os critérios e condicionalidades do "Programa Bolsa Família", serviços de assistência social/CREAS e CRAS; a Defensoria Pública Estadual promove orientações jurídicas e

procedimentos de abertura de processos; o Instituto de Mudanças Climáticas e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente realizam palestras de sensibilização para os alunos das escolas locais e representantes comunitários, sobre mudanças climáticas, eventos extremos e serviços ambientais, além das campanhas contra desmatamento, queimadas e incêndios florestais; a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar realiza rodas de conversa sobre acesso a crédito rural e produção familiar; a Secretaria de Estado de Polícia Civil, por meio do Instituto de Identificação, realiza a emissão de carteiras de identidade; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio da Regional Acre, faz emissão de CPF; a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos oferta serviços de direitos humanos; a Associação Brasileira de Odontologia promove campanhas de saúde bucal; o Ministério Público Estadual, por meio do "Programa Ministério Público na Comunidade", realiza atendimentos jurídico-judiciários, mediação de conflitos e defesa de interesses coletivos (saúde, educação, meio ambiente, segurança, entre outros); o Departamento de Estadual de Trânsito fornece apoio logístico para transporte e controle do trânsito nos locais de atendimento; a Universidade Federal do Acre apoia a Secretaria Estadual de Educação e Esporte, por meio do "Programa de Mãos Dadas com a Escola", na realização de oficinas e campanhas sobre gravidez não planejada na adolescência; a Secretaria de Estado de Pequenos Negócios desenvolve oficinas e cursos sobre associativismo e empreendedorismo; a Fundação de Tecnologia do Acre promove oficinas sobre o uso de fitoterápicos; a Secretaria de Estado de Articulação Institucional é responsável pelas articulações para viabilizar as ações do Programa entre os diversos apoiadores e parceiros; as Associações de Bairros, as Instituições Não Governamentais e as Igrejas também apoiam na articulação e logística, quando da realização do evento nas suas localidades. O sucesso das edições do Programa só é possível graças aos parceiros.

Participação dos beneficiários

Para o desenvolvimento das atividades do Programa, as instituições parceiras fazem um levantamento prévio dos dados e demandas sociais, para definir e planejar os atendimentos a serem disponibilizados. Com esta definição, é realizada uma reunião com representantes das comunidades a serem beneficiadas, para dar conhecimento do programa e envolvê-los nas atividades agendadas. Estas reuniões têm o objetivo de ampliar o espectro de percepção das demandas prioritárias identificadas pelos próprios beneficiários.

Resultados alcançados

As edições realizadas no período de 2015 a 2017 representaram um investimento total de R\$ 1.600.000,00 reais, tendo como resultado, 50.900 atendimentos, ou seja, um investimento per capita da ordem de R\$ 31,43 (trinta e um reais, quarenta e três centavos) por atendimento. Dentre os resultados alcançados durante as edições, destacam-se: 14.900

consultas médicas, das quais, aproximadamente 10.123 mulheres atendidas, 50 grávidas adolescentes e 10.422 atendimentos em prevenção e assistência social.

No período de 2015 a 2017, foram realizadas 26 edições do Programa Mulher Cidadã, com, aproximadamente, 50.900 atendimentos, em 17 municípios do Acre, a saber: Acrelândia, Porto Acre (Vila Acre e Caquetá), Brasileia (cidade e Comunidade do Km 74), Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul (Comunidade São Pedro, Vila Santa Rosa, Vila Santa Luzia e Comunidade Saboeiro), Capixaba, Assis Brasil (cidade e Comunidade Icuriã), Bujari (Ramal do Ouro e PAE Walter Acer), Manoel Urbano, Feijó (cidade e Comunidade Jurupari), Sena Madureira (cidade e Resex Cazumbá-Iracema), Tarauacá (cidade e Comunidades do Rio Gregório e Rio Liberdade), Jordão, Porto Walter, Rodrigues Alves (Comunidade Nova Cintra), Xapuri (Comunidade Rio Branco) e Santa Rosa do Purus, com a participação de uma equipe multiprofissional de instituições públicas estaduais e municipais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil em geral.

Em 2018, foram realizadas duas edições nos municípios de Sena Madureira e Tarauacá, com 8.866 atendimentos em saúde, segurança, área jurídica e assistência social, e 36 rodas de conversa sobre prevenção nas áreas de saúde, direitos e deveres, drogadição, entre outros assuntos.

Convergência da prática com políticas públicas vigentes

A melhoria das condições de saúde das populações não se restringe à diminuição de doenças, está também relacionada e deve ser contextualizada com a melhoria da qualidade de vida das comunidades. As novas concepções de desenvolvimento rural refletem o entendimento para além das questões econômicas, ou seja, dependem de outras dimensões inerentes à qualidade de vida daqueles que vivem no campo/floresta, a exemplo das condições de dignidade e direitos humanos, sobretudo das mulheres (TONINI, 2006). Nos últimos anos, o Estado do Acre tem desenvolvido políticas públicas de empoderamento da mulher, esta entendida como alicerce da família. No processo de implementação dessas políticas, o Governo do Estado percebeu que as ações não podem ser realizadas de forma individualizada, obedecendo às diretrizes e atribuições internas de cada instituição. As políticas precisam ser pensadas e planejadas para atendimento integral das necessidades das comunidades. Assim, o Programa Mulher Cidadã concebeu uma proposta de atendimento universal das necessidades da população envolvida, unindo políticas institucionais correlatas, em prol de um objetivo comum, potencializando os resultados e oportunizando um desenvolvimento mais qualificado no processo. Os resultados obtidos permitiram ampliar a oferta de serviços públicos, a exemplo do aumento da acessibilidade aos meios de diagnóstico preventivo, incorrendo em salvamento de vidas e diminuição de atendimentos em ciclo final de doenças cardiológicas e epidemiológicas. O fato de o Programa mobilizar a estrutura do Estado para atendimento local das comunidades mais

desassistidas tem promovido melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, pelo acesso ao conhecimento das inovações em saúde, assistência jurídica e social, por meio das rodas de conversa que propiciam novos olhares, especialmente dos jovens, para o cotidiano. As ações realizadas pelo Programa Mulher Cidadã foram tão positivas que levou o Governo do Estado a transformar o programa em política pública garantida em lei (Lei nº 3.368/2017).

Lições aprendidas

Desafios encontrados

Dentre as principais barreiras está o deslocamento até os municípios remotos, pois, no inverno amazônico, as estradas vicinais são de difícil acesso e, no período de seca (verão amazônico), o nível dos rios é baixo para navegações. Outro fator refere-se à obtenção de recursos humanos e financeiros, para viabilizar as atividades.

Fatores críticos de sucesso

As parcerias nacionais e internacionais, entre as instituições governamentais, comprometidas com as ações que beneficiam as famílias que necessitam dessa atenção e, principalmente, a receptividade da comunidade.